

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIII/4.<sup>a</sup> SL

Em 23 de janeiro de 2019, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

#### 10:00 Horas

1. Informações;
2. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
  - Projeto de Lei n.º 1059/XIII/4.<sup>a</sup> (PSD) - "3.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do centro de estudos judiciais), incorporando uma área de estudo que incida sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança" - Relatora: Deputada Susana Amador (PS);
  - Projeto de Lei n.º 1064/XIII/4.<sup>a</sup> (PAN) - "Cria um Observatório na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens para monitorização do cumprimento das obrigações impostas pela Convenção dos Direitos da Criança" - Relatora: Deputada Susana Amador (PS)
4. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:
  - Proposta de Lei n.º 149/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Consagra a aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas, coimas e outras quantias cobradas em processo judicial";
  - Projeto de Lei n.º 940/XIII/3.<sup>a</sup> (BE) - "Acaba com a possibilidade de suspensão da condição de jubilado dos magistrados judiciais para o exercício das funções de árbitro em matéria tributária (4.<sup>a</sup> Alteração ao Regime Jurídico da Arbitragem Tributária)";
5. Nova apreciação na generalidade do Projeto de Lei n.º 720/XIII/3.<sup>a</sup>(PS) - "Estabelece o regime aplicável à cobrança extrajudicial de créditos vencidos e às empresas que se dedicam a essa atividade";
6. Fixação de redação final de textos aprovados, designadamente:
  - Texto que procede à "Quinta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), transpondo a Diretiva (UE) 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017" [Proposta de Lei n.º 139/XIII/3.<sup>a</sup> GOV];
  - Texto que "Altera o funcionamento e enquadramento das entidades de resolução extrajudicial de litígios de Consumo" [Proposta de Lei n.º 115/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV)]
7. Definição da metodologia de discussão e votação na especialidade das Propostas de Lei n.ºs 122/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) - "Altera o estatuto dos magistrados judiciais" e 147/XIII/3.<sup>a</sup> (GOV) - "Aprova o Estatuto do Ministério Público";
8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Ministra da Justiça e do Diretor Nacional da Polícia Judiciária, para esclarecimentos sobre o modo como são utilizados os aparelhos eletrónicos IMSI-Catcher e qual a tramitação a que obedece o seu uso;
9. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
10. Outros assuntos.

11:30 Horas - Audição do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Tenente-General Carlos Mourato Nunes [a requerimento do CDS-PP]

12:30 Horas - Audição do Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Comandante Jaime Carlos Marta Soares [a requerimento do CDS-PP]

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIII/4.<sup>a</sup> SL**

Aberta a reunião, o Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, deu conta de informações de relevo para a Comissão:

- a) O pedido da Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) para que se diligencie no sentido de o Grupo de Trabalho - [Iniciativas Legislativas sobre Direitos da Criança](#) retomar os seus trabalhos, por forma a juntar mais duas iniciativas legislativas – da autoria do Grupo Parlamentar do PS (Projeto de Lei n.º 975/XIII/3.<sup>a</sup>) e do PAN (Projeto de 1064/XIII/4.<sup>a</sup>) - às que já se encontram na especialidade e para que se dê o devido seguimento e conclusão ao processo legislativo em curso. Na ausência da Coordenadora do GT, Deputada Andreia Neto (PSD), o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) anunciou que lhe setia transmitido tal pedido.
- b) O convite para a a quarta reunião do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da EUROPOL, que se realiza em Bucareste, em 24 e 25 de fevereiro, no âmbito da cooperação interparlamentar na União Europeia. Da delegação deveriam fazer parte, de acordo com as regras inicialmente estabelecidas, os Senhores Deputados Fernando Anastácio (PS) e Telmo Correia (CDS/PP), que confirmariam essa possibilidade ou a necessidade da sua substituição;
- c) A reunião da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares a realizar no dia 6 de fevereiro, quarta-feira, pelas 11H30, na Sala D. Maria II, para a qual poderão ser sugeridos temas relativos ao funcionamento das Comissões.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, foi distribuída a seguinte iniciativa legislativa:

<p>Proposta de Lei n.º 175/XIII/4.<sup>a</sup> (GOV)</p>	<p><a href="#">Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico do exercício da atividade de segurança privada armada a bordo de navios que arvoem bandeira portuguesa e que atravessem áreas de alto risco de pirataria</a></p>	<p>22-01-2019 Competente a 1.<sup>a</sup> Comissão em conexão a 7.<sup>a</sup> Comissão (à qual</p>	<p>Relatora nomeada: Deputada Rubina Berardo (PSD)</p>	<p><b>Consultas a promover:</b> CSM CSMP O.A. Autoridade Marítima Nacional  Apreciação pública por 30 dias</p>
--	---	---	--	--

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIII/4.<sup>a</sup> SL**

Em seguida, procedeu-se à discussão e votação dos pareceres sobre os Projetos de Lei n.ºs [1059/XIII/4.<sup>a</sup> \(PSD\)](#) - "3.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do centro de estudos judiciais), incorporando uma área de estudo que incida sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança" e [1064/XIII/4.<sup>a</sup> \(PAN\)](#) - "Cria um Observatório na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens para monitorização do cumprimento das obrigações impostas pela Convenção dos Direitos da Criança", que foram brevemente apresentados pela Relatora, Senhora Deputada Susana Amador (PS), tendo sido aprovados por unanimidade (nas partes votáveis: I e III), na ausência do PEV.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, foram adiadas a discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 149/XIII/4.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - "Consagra a aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas, coimas e outras quantias cobradas em processo judicial" e do [Projeto de Lei n.º 940/XIII/3.<sup>a</sup> \(BE\)](#) - "Acaba com a possibilidade de suspensão da condição de jubilado dos magistrados judiciais para o exercício das funções de árbitro em matéria tributária (4.<sup>a</sup> Alteração ao Regime Jurídico da Arbitragem Tributária)", a pedido do Grupo Parlamentar do PS, no primeiro caso para apresentação de sugestões alternativas, no segundo para apreciação pelos demais Grupos Parlamentares de proposta de alteração para a norma transitória, consensualizada com o Grupo Parlamentar do PSD e que foi entregue na reunião.

O quinto ponto da ordem de trabalhos também foi adiado, a solicitação do Grupo Parlamentar do PS, para apresentação de propostas de alteração tendo em vista a possibilidade de aprovação de um texto de substituição do [Projeto de Lei n.º 720/XIII/3.<sup>a</sup>\(PS\)](#) - "Estabelece o regime aplicável à cobrança extrajudicial de créditos vencidos e às empresas que se dedicam a essa atividade".

No sexto ponto da ordem do dia, procedeu-se à fixação da redação final, por unanimidade, na ausência do PEV, do texto que procede à "Quinta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), transpondo a Diretiva (UE) 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017" [[Proposta de Lei n.º 139/XIII/3.<sup>a</sup> GOV](#)], nos termos do disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, tendo sido aceites as sugestões de redação constantes da

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIII/4.<sup>a</sup> SL

informação n.º 12/DAPLEN/2019, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com exceção da prevista para o n.º 7 do artigo 4.º, em que foi deliberado manter a vírgula constante do texto aprovado, mais tendo sido deliberado por unanimidade, em consequência, aperfeiçoar o texto do n.º 10 do mesmo artigo 4.º no sentido de ali se introduzir uma vírgula em moldes idênticos aos do n.º 7 "...treino, instrução ou conhecimentos, sobre o fabrico...".

Foi ainda fixada por unanimidade, na ausência do PEV, a redação final do texto que "*Altera o funcionamento e enquadramento das entidades de resolução extrajudicial de litígios de Consumo*" [[Proposta de Lei n.º 115/XIII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], nos termos do disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, tendo sido aceites as sugestões de redação da informação n.º 9/DAPLEN/2019, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

No ponto seguinte, o Senhor Presidente anunciou que se encontravam já agendadas para a tarde do dia 12 de fevereiro a audição da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), por deliberação unânime da Comissão na sequência de [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PSD; e a audiência dos membros eleitos pela Assembleia da República para o Conselho Superior do Ministério Público (a pedido destes), no âmbito dos processos legislativos das Propostas de Lei n.ºs [122/XIII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - "*Altera o estatuto dos magistrados judiciais*" e [147/XIII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - "*Aprova o Estatuto do Ministério Público*".

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) explicou que o anúncio dava satisfação à sua pretensão de definição da metodologia de apreciação de duas iniciativas com processo legislativo muito pesado, a poucos meses do final da Legislatura, tendo defendido a utilidade de constituição de um grupo de trabalho para cada um destes processos legislativos, para a conclusão destes processos após as audições.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS/PP) subscreveu esta intervenção e requereu a audição do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público sobre a Proposta de Lei n.º [147/XIII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - "*Aprova o Estatuto do Ministério Público*".

O oitavo ponto da ordem de trabalhos foi adiado a solicitação do Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD).

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 23/XIII/4.<sup>a</sup> SL

Não havendo pareceres da Subcomissão de Ética para apreciar, a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS/PP) informou que o Coordenador do Grupo de Trabalho sobre a alteração ao Regime Jurídico das Armas e Munições a incumbiu de transmitir à Comissão que o GT promoveria no dia 1 de fevereiro uma audição pública de várias entidades acerca das alterações legislativas propostas, devendo posteriormente realizar autonomamente outras também requeridas e o Relator da Diretiva que a Proposta de Lei visa transpor, o Deputado ao Parlamento Europeu Nuno Melo. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) solicitou que à lista das entidades a ouvir autonomamente fosse aditada a Associação dos Oficiais das Forças Armadas, que haviam produzido um documento sobre a matéria.

Após um breve intervalo tiveram lugar, em momento sucessivo e separadamente, as audições do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Tenente-General Carlos Mourato Nunes e do Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Comandante Jaime Carlos Marta Soares, a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, começou por agradecer a presença do Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil e deu de imediato a palavra à Senhora. Deputada Vânia Dias da Silva (CDS/PP) para apresentar o requerimento do CDS-PP.

Após a apresentação do requerimento, usou da palavra o Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Tenente-General Carlos Mourato Nunes, que respondeu às questões levantadas pela requerente.

Seguiram-se as questões colocadas pelas Senhoras Deputadas Andreia Neto (PSD), Susana Amador (PS) e Sandra Cunha (BE), pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP) e Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que foram respondidas pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Após um curto intervalo teve lugar a audição do Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Comandante Jaime Carlos Marta Soares (que se fez acompanhar pelo

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIII/4.<sup>a</sup> SL**

Vice-Presidente da LBP, Comandante Rodeia Machado), a requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, começou por agradecer a presença do Senhor Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses e pedir desculpa pelo atraso provocado pela duração da audição anterior, dando de imediato a palavra à Senhora Deputada Vânia Dias da Silva para apresentar o requerimento do CDS-PP.

Após a apresentação do requerimento, usou da palavra o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Comandante Jaime Carlos Marta Soares, que respondeu às questões levantadas pela requerente.

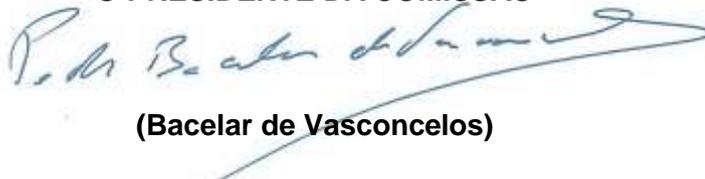
Seguiram-se as questões colocadas pelas Senhoras Deputadas Andreia Neto (PSD), Susana Amador (PS) e Sandra Cunha (BE), pelo Senhor Deputado António Filipe (PCP) e Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que foram respondidas pelo Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de janeiro de 2019

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**(Bacelar de Vasconcelos)**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 23/XIII/4.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Emília Cerqueira  
Fernando Anastácio  
Filipe Neto Brandão  
Hugo Carvalho  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Sandra Cunha  
Sara Madruga da Costa  
Vânia Dias da Silva  
Catarina Marcelino  
Jorge Lação  
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
José Luís Ferreira  
Pedro Delgado Alves  
Sandra Pereira  
Teresa Morais

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais  
Telmo Correia